

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento e da Administração Pública

Despacho conjunto n.º 224/2006. — O Decreto-Lei n.º 416/99, de 21 de Outubro, que redefiniu o regime de integração na Administração Pública Portuguesa dos funcionários e agentes do Estado e dos corpos administrativos, bem como dos trabalhadores contratados ou assalariados que exerceram funções em Timor-Leste, vem reconhecer o direito de ingresso na Administração Pública aos que sendo cidadãos nacionais e residindo em Portugal comprovem o exercício de funções naquele território em período anterior a 22 de Janeiro de 1975, ou posterior, até 31 de Julho de 1975.

Considerando que Ilda Guterres da Cruz, oriunda de Timor, requereu a sua afectação à Direcção-Geral da Administração Pública e fez prova dos requisitos legalmente exigíveis, tendo completado a instrução do processo em 18 de Outubro de 2004;

Considerando, por último, que, atenta a carreira que a interessada detinha em Timor-Leste se torna necessário estabelecer correspondência com outra do ordenamento de carreiras da Administração Pública Portuguesa e efectuar a respectiva inserção no actual sistema remuneratório:

Assim:

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 416/99, de 21 de Outubro, em conjugação com a alínea *a*) do artigo 2.º e o artigo 3.º, ambos do Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro, no artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio, no artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 23/2002, de 1 de Fevereiro, no artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 54/2003, de 28 de Março, e no artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 57/2004, de 19 de Março, determina-se a afectação à Direcção-Geral da Administração Pública de Ilda Guterres da Cruz, na seguinte situação jurídico-funcional:

Carreira — assistente administrativo;
Categoria — assistente administrativa;
Vínculo — agente;
Escala — 1;
Índice — 199.

2 — A afectação produz efeitos a 1 de Novembro de 2004.

8 de Fevereiro de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, *Emanuel Augusto dos Santos*. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *João Alexandre Tavares Gonçalves de Figueiredo*.

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 4714/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 6 de Fevereiro de 2006:

Licenciada Maria Eugénia Lopes Gonçalves, técnica superior de 1.ª classe da carreira técnica superior de biblioteca e documentação do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública — nomeada, precedendo concurso interno de acesso limitado, técnica superior principal da carreira técnica superior de biblioteca e documentação do quadro de pessoal da citada Secretaria-Geral, a que corresponde o escalão 1, índice 510, do actual sistema retributivo da função pública, ficando exonerada da anterior categoria com efeitos a partir da data de aceitação do novo lugar. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Fevereiro de 2006. — O Secretário-Geral, *João Inácio Ferreira Simões de Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 4715/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 8 de Fevereiro de 2006:

Ana Maria Teixeira Gaspar, técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública — nomeada, precedendo concurso interno de acesso limitado, técnica superior de 1.ª classe da carreira técnica superior de arquivo do quadro de pessoal da citada Secretaria-Geral, a que corresponde o escalão 1, índice 460, do actual sistema retributivo da função pública, ficando exonerada da anterior categoria

com efeitos a partir da data da aceitação do novo lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Fevereiro de 2006. — O Secretário-Geral, *João I. Simões de Almeida*.

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

Despacho (extracto) n.º 4716/2006 (2.ª série). — Pelo despacho de 6 de Fevereiro de 2006 do subdirector-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, licenciado João Martins, no uso dos poderes que lhe foram delegados pelo despacho n.º 20 097/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 182, de 21 de Setembro de 2005:

Carlos Manuel de Jesus Pinto — nomeado em lugar da categoria de motorista do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, precedendo procedimento de reclassificação profissional ao abrigo dos artigos 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e após parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública de 27 de Janeiro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Fevereiro de 2006. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Despacho n.º 4717/2006 (2.ª série). — *Delegação de competências.* — Nos termos do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, altero o meu despacho de delegação de competências, de 1 de Setembro, publicado sob o n.º 20 097/2005 (2.ª série) no *Diário da República*, 2.ª série, de 21 de Setembro de 2005, nos seguintes termos:

1 — O n.º 1 da alínea *a*) do n.º III passa a ter a seguinte redacção:

«1 — Conceder, renovar ou revogar a autorização para beneficiar do estatuto de destinatário autorizado, nos termos previstos na regulamentação aplicável ao regime de trânsito comunitário e ao regime de trânsito comum;»

2 — É aditado o n.º 15 à alínea *h*) do n.º III com a seguinte redacção:

«15 — Conceder, renovar ou revogar a autorização para beneficiar do estatuto de destinatário equiparado ao destinatário autorizado, nos termos da regulamentação aplicável ao regime simplificado de desalfandamento no domicílio.»

8 de Fevereiro de 2006. — O Director-Geral, *Luís da Silva Laço*.

Despacho (extracto) n.º 4718/2006 (2.ª série). — Por despacho de 31 de Janeiro de 2006 do director-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo:

António David de Jesus de Almeida, reverificador assessor — nomeado, em regime de substituição, chefe da Divisão de Nomenclatura e Gestão Pautal da Direcção de Serviços de Tributação Aduaneira, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Fevereiro de 2006. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Despacho (extracto) n.º 4719/2006 (2.ª série). — Por despacho de 31 de Janeiro de 2006 do director-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo:

Cristina Alice Álvares Sanches Duarte Neves Adelino, reverificadora assessora principal — nomeada, em regime de substituição, chefe da Divisão de Origens e Valor Aduaneiro da Direcção de Serviços de Tributação Aduaneira, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

8 de Fevereiro de 2006. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 2585/2006 (2.ª série). — Por despacho de 25 de Janeiro de 2006 da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos:

Alice Paula Ferreira Marques, técnica de administração tributária-adjunta do quadro de pessoal da direcção-geral dos Impos-